

**V ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: Os conhecimentos de política na disciplina de sociologia no
Ensino Médio: conteúdos, metodologias e recursos didáticos

**Política e Ciência Política no livro didático de Sociologia: teorias, temas e
conceitos nos livros aprovados no PNLD 2015**

Guilherme Fernando Schnekenberg
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Introdução

Este texto é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A intenção do TCC girou em torno da compreensão da presença dos conteúdos de Política nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015. O texto apresentado aqui está sendo produzido ao mesmo tempo em que os ajustes finais daquele trabalho, e, nesse sentido, desenvolverá alguma das contribuições lá contidas, tentando referenciá-lo como possível mesmo antes de sua publicação¹.

Para fins de apresentação no Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), este texto discutirá as noções e os temas da política e a apresentação da Ciência Política nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015. Além da introdução, o segundo tópico trata dos documentos oficiais que orientam o ensino de Sociologia no Ensino Médio, entre seus recortes disciplinares e os conhecimentos que indicam. 'Os Livros, seus autores e autoras', terceiro tópico, apresenta os livros analisados e algumas informações sobre quem os escreveu. Os últimos dois tópicos antes das considerações finais apresentam as noções de política (quarto tópico) e da apresentação da Ciência Política (quinto tópico) nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015.

O PNLD surge, com esta denominação, em 1985, a partir das políticas anteriores para o livro didático. Naquele ano, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) foi substituído pelo PNLD por meio de decreto, passando a incluir professores na indicação de livros. Hoje, o PNLD compra livros didáticos, dicionários e outros materiais escolares, e os distribui em todos os níveis da Educação Básica, inclusa a modalidade de Escolas do/no campo, de acordo com o interesse ou não das redes de ensino.

A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, datada de 2008, e a incorporação do Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) pelo PNLD, em 2011, incluíram, neste programa, as obras de

¹ O texto estará no catálogo de monografias do site do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPR.

Sociologia. Com isso, livros didáticos de Sociologia são distribuídos gratuitamente às escolas brasileiras que ofertam Ensino Médio.

Os livros didáticos são importantes instrumentos didáticos disponíveis na escola. Para alunos e alunas, ele pode representar uma fonte – senão a única, ao menos primordial – de leitura, estudo, pesquisa, contato com o conhecimento científico, artístico e filosófico, e ainda fornece indicações de produções culturais e científicas. Para professores e professoras, o livro didático é uma fonte de ferramentas e metodologias de ensino, e também de uma seleção de conteúdos para o componente curricular de Sociologia no Ensino Médio. Nesse sentido, é possível afirmar que o livro didático é um importante vetor curricular da disciplina escolar de Sociologia.

Já na primeira vez que a Sociologia figurou na escola, entre 1926 e 1942, os manuais didáticos² eram importantes meios de circulação de métodos e conceitos que foram importantes na conformação da Sociologia/das Ciências Sociais no plano acadêmico (MEUCCI, 2007). De fato, a criação dos primeiros cursos de graduação na área das Ciências Sociais foi depois da disciplina escolar de Sociologia (Escola Livre de Sociologia e Política – 1933; Universidade de São Paulo (USP) – 1934; Universidade do Distrito Federal – 1935; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 1938 (GUELF, 2007; MEUCCI, 2007)).

Questão importante no tema deste texto, à época, a Ciência Política e a Antropologia ainda não estavam consolidadas no Brasil. Segundo Mariza Peirano, é possível dizer que Antropologia era estudada e praticada como um braço da Sociologia nesse período (2000). Já a Ciência Política tem sua consolidação a partir da década de 1960, conforme reconhecido por alguns autores e autoras que fizeram esforços de produzir uma história da disciplina (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2010). Ambas as áreas desenvolveram mais autonomia com o investimento que expandiu a pós-graduação em instituições de pesquisa e ensino superior brasileiras (FORJAZ, 1997; PEIRANO, 2000).

² Aqui, trato manuais e livros didáticos como sinônimos, entendendo que são expressões históricas do mesmo instrumento, tendo, então, uma trajetória coincidente (SOUZA, 2010). A presença de termos diferentes se dá levando em consideração o uso pelos autores e autoras das obras analisadas, das pesquisas apropriadas aqui, ou do uso corrente em diferentes momentos.

Embora se reconheça como herança da Ciência Política aquela tradição de “reflexão política vigorosa” que a sucedeu (LAMOUNIER, 1982, p. 409), a disciplina como praticada hoje diz respeito a um objeto de ordem política mais autonomizada em relação a outros aspectos sociais (LAMOUNIER, 1982; LEITE, 2010).

Face a essas novas configurações das Ciências Sociais em seu plano acadêmico, a disciplina escolar de Sociologia também tem seus limites postos em questão. Quando a formação para a docência nesta disciplina ainda se dá através de cursos superiores de Ciências Sociais, os recortes disciplinares na Educação Básica são diferentes. É, um pouco, neste ponto que a investigação apresentada aqui se justifica.

Para entender melhor esses recortes, mais em relação aos conteúdos especificamente relacionados à política, foram selecionadas algumas categorias (tal seleção será explicada no próximo tópico). O apoio, aqui, se dá na teoria pedagógica, para fundamentar a importância da apresentação destes conhecimentos no Ensino Médio.

Segundo Newton Duarte,

A apropriação das formas culturais superiores de expressão humana não elimina as outras formas, mas produz um processo de superação por incorporação. Mas [...] esse processo de apropriação, pelos indivíduos, das produções culturais que permitem a elevação de sua subjetividade aos níveis mais ricos e complexos alcançados pelo gênero humano não ocorre sem a mediação do trabalho educativo”. (DUARTE, 2016, p. 59).

Das palavras do educador, depreenderemos dois aspectos: o primeiro é a importância da escola, na medida em que permite a alunos e alunas acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. A segunda, que justifica a preocupação com os conteúdos trazidos para o Ensino Médio, é a valorização daquele conhecimento como forma de compreender a realidade.

Nesse sentido, os conhecimentos sobre a política devem ter presença na escola, pois permitem um enriquecimento na compreensão de fenômenos ligados ao Estado, ao poder, aos movimentos sociais. Aliás, estes conteúdos já estão previstos em documentos que orientam o ensino de Sociologia no Ensino Médio, como veremos a seguir, e estão efetivamente presentes, por exemplo, nos livros didáticos da disciplina.

Os Documentos Orientadores Oficiais

Uma tarefa importante para o trabalho docente é a identificação das formas mais elaboradas do saber, entendendo suas condições de produção e principais manifestações e tendências de transformação (SAVIANI, 2012). Os livros didáticos tomam parte nesse processo ao concretizar uma seleção de temas, conceitos e teorias.

É necessário entender qual o lugar das três áreas das Ciências Sociais na disciplina escolar de Sociologia, uma vez que seu repertório pode ser levado à escola. Os documentos oficiais que, orientando ou disciplinando os livros didáticos de Sociologia, dão uma direção para a disciplina são fontes importantes para compreender a seleção de conteúdos do Ensino Médio.

Em termos de recorte disciplinar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) apontam uma evolução do entendimento sobre o lugar de cada área das Ciências Sociais (e Humanas) no componente curricular de Sociologia.

Os PCN (a parte IV, referente às Ciências Humanas e suas Tecnologias, deste documento publicado em 2000) colocam as três áreas em conjunto no mesmo patamar que a História, a Geografia e a Filosofia. Já no título da seção, aparecem os “Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política”. Ao longo do texto, o termo “Ciências Sociais” aparece com frequência, em uso intercalado e sinônimo a “Sociologia”³.

Em relação à Política, a Ciência, a Teoria, a Filosofia Políticas não são eleitas como saber central de referência nos PCN. Também é preciso apontar, em consonância com a proposta de interdisciplinaridade do documento, para a menção às áreas do Direito, da Economia e “da Política” para trabalhar conteúdos como Estado⁴.

A parte I – Bases legais – do documento elucida que não se trata de disciplinar a existência de componente curriculares:

O que é obrigatório pela LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96] ou pela Resolução nº 03/98 são os conhecimentos que estas disciplinas recortam e as competências e

³ Cf. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. 2000b.

⁴ Cf. Id. Ibid.

habilidades a eles referidos e mencionados nos citados documentos. (BRASIL, 2000a, p. 18).

Dessa forma, o intuito do documento se trata não de eleger aquelas quatro disciplinas como componentes obrigatórios do Ensino Médio, mas de dar algumas orientações a disciplinas que já existiam na matriz de curricular de algumas escolas e redes de ensino. Além da existência efetiva daquelas disciplinas, a leitura do documento também aponta a particularidade da disciplina de Sociologia/Ciências Sociais, visto ser apresentada a parte⁵.

De outra forma, o intuito do documento não é definir conhecimentos obrigatórios, uma vez que é marcado pela tônica das competências de habilidades. Mesmo assim, os PCN trazem conceitos, objetos e métodos das Ciências Sociais como possibilidades de conteúdo do Ensino Médio⁶.

As PCN+, de 2002, tem caráter parecido em relação aos eixos temáticos que sugere “com o objetivo de direcionar e facilitar o trabalho do professor”, de acordo com seu diagnóstico de turma e as propostas pedagógicas da escola (BRASIL, 2002, p. 92). A lista de conceitos estruturadores citados é bem mais restrita (Cidadania, Cultura e Trabalho), e estaria estreitamente vinculada com os eixos apresentados pelo documento⁷.

Dentre estes quatro eixos temáticos, um deles é reservado aos temas de “Política e Sociedade”. A Ciência Política é nomeada, mas sem tanto destaque: ainda, as PCN+ tratam de “conhecimentos da Política” como área presente no componente curricular de Sociologia, incluindo, também, a Antropologia. Entretanto, a Sociologia já aparece com mais centralidade que as outras duas áreas, mesmo que englobando “conhecimentos de Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia” (BRASIL, 2002, p. 89).

Em 2006, as OCEM dão ainda mais concretude na escolha da Sociologia como saber de referência ao componente curricular. Deste documento, não se depreende uma lista de conhecimentos, mas um sentido explícito e específico para a disciplina escolar: promover o estranhamento e a

⁵ Cf. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias. 2000b.

⁶ Por uma questão de espaço e objetivo do texto aqui apresentado, a sistematização dos conhecimentos citados nos PCN e nas PCN+ não será apresentada, mas poderá ser consultada no TCC tão logo publicado.

⁷ BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2002.

desnaturalização⁸. Os recortes dentre os quais tais sentidos operam colocam a Antropologia e a Ciência Política num lugar de inclusão esporádica:

sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. (BRASIL, 2006, p. 104).

Aqui, por mais que as “outras” duas áreas tenham espaço reconhecido, também já não constituem mais referência central ao saber escolar de Sociologia. Desta forma, o conjunto de conhecimentos selecionados, organizados e preparados pensando sua apresentação na Sociologia do Ensino Médio já não incluem a “Política” e a Antropologia como saberes na base dos conteúdos selecionados⁹.

Se aqueles três documentos apenas têm a proposta de orientar a disciplina escolar, se contrapõem ao Edital do PNLD, que, de fato, normatiza a seleção dos livros. Nele, o recorte disciplinar vai para outra direção, quando se exige que o livro permita “acesso aos fundamentos das três disciplinas que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia” (BRASIL, 2013, p. 56). Sendo este um critério de eliminação das peças didáticas na seleção, espera-se que os seis selecionados pelo PNLD 2015 contenham rudimentos das três áreas das Ciências Sociais¹⁰.

De três dentre estes documentos (PCN, PCN+ e o Edital do PNLD 2015), comparados às temáticas apresentadas nos capítulos dos seis livros, uma lista de categorias foi eleita para análise: Estado; governo, regimes e sistemas políticos; Democracia; Poder; Dominação; Cidadania e Participação Social; Direitos; Movimentos Sociais; Política; Ciência Política (incluindo autores e autoras). Foram lidos os textos de todos os capítulos, excluindo-se as atividades ao final de cada seção.

A leitura sistematizada dos livros permitiu perceber que abordagens eram privilegiadas nos seis livros, e a análise de duas destas categorias será

⁸ Cf. BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. 2006.

⁹ Cf. Id. Ibid.

¹⁰ Cf. BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação 01/2013** – CGPLI. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. 2013.

apresentada aqui: Política e Ciência Política. Quanto aos temas presentes nos livros, com foco nas categorias de análise citadas aqui, uma sistematização está nos anexos deste texto, para apresentar melhor o que se está entendendo, aqui, como os capítulos onde a política é apresentada.

Para tentar traçar algumas das explicações possíveis para as escolhas feitas nos livros didáticos, discutiremos, pontualmente, a formação dos autores e autoras e a seleção de conteúdos.

As autoras e autores dos livros didáticos

É sabido que professores e professoras constroem o currículo em sala de aula. Ao mesmo tempo, documentos oficiais, provas de acesso ao ensino superior, avaliações de larga escala como o Exame Nacional do Ensino Médio, e os livros didáticos, também agenciam as seleções de conteúdo. Como instrumento mais prontamente disponível a professores e professoras da Educação Básica, o livro contém uma seleção que pode ser seguida por ele ou ela como um verdadeiro plano de trabalho docente.

Desta forma, as autoras e autores dos livros distribuídos nas escolas participam da seleção de conteúdos. Desta forma, suas posições influenciam neste processo: uma totalidade de como suas visões de sociedade, de escola, de sujeito e de formação do ser humano, de epistemologia (SAVIANI, 2003 *apud* BUENO; FREITAS; SCHNEKENBERG, 2017), de relevância dos conhecimentos científicos, e sua proximidade com as áreas disciplinares.

Sem tentar dar conta desta totalidade, olhemos para a formação dos autores e autoras dos livros analisados aqui. Entendemos que suas formações, pelo contato com as áreas disciplinares que recortam nos livros, podem ter influência nas seleções.

QUADRO 1 – FORMAÇÃO DOS AUTORES E AUTORES DOS LIVROS DO PNLD 2015

Área de Formação	Graduação (*)	Mestrado	Doutorado
Ciências Sociais	28	4	4
Sociologia	1	5	3
Mestrado Profissional em Sociologia	-	1	-
Sociologia e Antropologia	-	4	1
Sociologia (com concentração em Antropologia)	-	1	-
Antropologia Social	-	1	1
Antropologia	-	1	-
Ciência Política	-	4	1
Relações Internacionais	-	2	-

Área de Formação	Graduação (*)	Mestrado	Doutorado
Educação	-	-	2
História	5	4	2
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	2	-
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	-	-	1
Direito	1	-	1
Ciência da Comunicação	-	-	1
História e Teoria da Arte e da Arquitetura	-	-	1
Artes Visuais	-	1	-
Filosofia	-	1	-
Planejamento Urbano e Regional	-	1	-

FONTE: currículos de autores e autoras disponíveis na plataforma lattes, consideradas suas formações até o ano de 2013. Adaptado de BUENO; FREITAS; SCHNEKENBERG. **Estado Moderno na disciplina de Sociologia na Educação Básica: uma análise a partir de livros didáticos.** 2017.

NOTA (*): O currículo de uma das autoras de Sociologia em Movimento não trazia informação sobre sua graduação, conforme consulta à plataforma lattes no dia 01 de junho de 2017.

Conforme vimos no quadro, há uma quantia menor de formados/formadas na área de Antropologia, mas não exatamente um número menor de passagens pela Ciência Política, incluindo, aqui, as Relações Internacionais. Há, também, uma quantia expressiva de formados e formadas em História. É apressado, ainda assim, estabelecer uma correlação entre a presença da abordagem temporal (quando comparados os livros e a formação de seus autores/autoras não proporção direta entre os dois elementos).

O que esse quadro não dá conta de mostrar são os diferentes modelos curriculares pelos quais esses autores e autoras passaram. Entre os 32 dos quais se fala aqui, as duas primeiras a obter o título de doutoras o fizeram em 1971; enquanto os dois últimos graduados completarem seus cursos em 2008. Dessa forma, modelos muito diferentes – de cerca de cinco décadas e nove instituições de ensino superior – influenciam as produções destes autores e autoras, o que pode estar relacionado com suas escolhas curriculares.

A Noção de Política nos Livros Didáticos

Quanto à política como categoria, duas abordagens são mais comuns nos capítulos que não a tem como tema central. Primeiro, num sentido substantivado da política, mencionam-se ações e estratégias planejadas e executadas pelo Estado (ou por outras instituições). Também, a política aparece num sentido adjetivado, caracterizando fenômenos, ações e contextos que guardam relação com a institucionalidade da política e a disputa por

influência nas decisões de uma sociedade. Ainda, estas abordagens se repetem nos capítulos específicos da política, mas, neles, predomina a apresentação mais explícita do conceito.

Dos seis livros analisados, apenas dois deles não apresentam noções explícitas do conceito de política¹¹. Dentre os quatro que deixam a abordagem mais destacada, apenas dois dão a definição de maneira pontuada: no livro *Sociologia Hoje*, “a política é a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência” (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2013, p. 209); no livro *Sociologia em Movimento*, “a política é entendida, de forma geral, como um meio para resolver conflitos na esfera pública, ou seja no âmbito do Estado” (SILVA et al., 2013, p. 125).

A ideia de política como ação, ligada às decisões sobre o conjunto da sociedade se repete em outros livros, relacionada à institucionalidade em diferentes graus. Em cinco dos livros, o núcleo da abordagem sobre a política se localiza nas discussões, decisões, mediações entre interesses, feitas no espaço público¹².

Em outra direção, *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, marca a política, essencialmente, seja nas abordagens mais evidentes, seja nas entrelinhas, com a institucionalidade. De fato, as autoras deste livro colocam a manutenção do Estado numa função destacada da política¹³.

Marcamos a relação com a institucionalidade para entender a presença da abordagem própria da Ciência Política. Segundo Fernando Baptista Leite (2010), a característica constitutiva desta área, conforme institucionalizada a partir de 1960, é o privilégio da ordem institucional e da abordagem politicista. Segundo Leite, o fortalecimento da explicação do fenômeno “político” a partir de sua própria ordem política não se deu sem focalizar o aspecto institucional na abordagem. Neste sentido, o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*

¹¹ Cf. BOMENY et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2013; Cf COSTA; OLIVEIRA. *Sociologia para Jovens do Século XXI*. 2013

¹² Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. **Sociologia Hoje**. 2013; ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. **Sociologia**. 2013; Cf COSTA; OLIVEIRA. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 2013; SILVA et al. **Sociologia em Movimento**. 2013; TOMAZI. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2013.

¹³ Cf. BOMENY et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2013.

apresenta uma proximidade com a abordagem da Ciência Política (ainda que dê centralidade à Sociologia e pouco espaço às temáticas da política)¹⁴.

Dentre os outros cinco livros, dois dão um destaque significativamente maior aos aspectos não institucionais que os outros três. O livro Sociologia, marcado pelas questões da desigualdade, enfatiza a contradição e a transformação política, e o livro Sociologia para Jovens do Século XXI, ao dar bastante espaço aos movimentos sociais, marca sua noção de política com a disputa da organização da sociedade¹⁵.

O fato de não dar centralidade à abordagem institucional não seria, em si, um indício da ausência da Ciência Política nas obras didáticas analisadas. Se retomarmos Bolívar Lamounier¹⁶, e reconhecermos as abordagens pré-1960 como parte da história da Ciência Política, entenderemos as abordagens eleitas como escolhas por um viés menos institucionalista e menos politicista. Lamounier defende que a abordagem societalista (nos termos de Fernando Leite), do período em que a Ciência Política ainda não tinha se institucionalizado no Brasil, já representava uma especificidade da política na instituição estatal (LAMOUNIER, 1982). O mesmo poderia ser afirmado em relação aos temas selecionados nos livros didáticos: eles são próximos àqueles citados por Lamounier dentre as teses produzidas na USP entre 1945 e 1964 (Estado, movimentos sociais, participação e comportamento político etc.) (LAMOUNIER, 1982).

O que aparece nos livros, desse modo, é menos uma preocupação com os aspectos institucionais, e mais uma marca da disputa e participação política. Tal preocupação poderia ser localizada em noções da Teoria Política, em noções como vontade coletiva, sociedade civil, e a política numa noção mais ampliada, como a catarse de Antonio Gramsci (COUTINHO, 2011).

Os temas da política, quando aparecem com mais frequência nos livros analisados, está mais próxima de uma abordagem societalista, não tratada nos aspectos próprios à política. Predomina uma lógica de explicação a partir de

¹⁴ Cf. BOMENY et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2013.

¹⁵ Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. **Sociologia Hoje**. 2013; Cf ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. **Sociologia**. 2013; COSTA; OLIVEIRA. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 2013; SILVA et al. **Sociologia em Movimento**. 2013; TOMAZI. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2013.

¹⁶ Cf. LAMOUNIER. **A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico**. 1982.

aspectos sociais, culturais, econômicos, e políticos; neste caso, não sob um viés demasiado institucionalista.

A intenção, aqui, não é defender que a Teoria Política pudesse dar conta desses tópicos com mais profundidade, e, nem mesmo seria possível, a esta altura do trabalho, afirmar que esse seja o motivo da seleção de abordagens. Entretanto, o espaço cedido à Ciência Política deve ser problematizado, como será feito no próximo tópico.

Recortes Disciplinares e Ciência Política nos Livros Didáticos

Entre os seis livros, mesmo aqueles que dão mais espaço aos temas da política não dão centralidade à Ciência Política. Sociologia Hoje é um caso emblemático: o livro é dividido em três unidades de tamanho muito aproximado: Cultura; Sociedade; e Poder e Cidadania. No caso deste livro, como nos outros, o recurso à Ciência Política disputa o espaço com conhecimentos da Sociologia, da Teoria Política, da Filosofia, da História, da Economia.

Conforme foi observado na pesquisa, realizada a partir das dez categorias já citadas, a Sociologia ocupa um espaço de centralidade entre as três áreas das Ciências Sociais. Quando se pensa a presença dos conhecimentos de outras áreas, há uma forte presença da História. Isso pode representar três escolhas: a contextualização das teorias sociológicas para aproximação com a realidade de alunos e alunas do Ensino Médio; a localização destas teorias no tempo para melhor compreensão; ou um uso da ordem temporal para desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais. O fato é que esta última forma é que se destaca conforme as análises das categorias relacionadas à Política analisadas.

Será apresentada, aqui, a forma da Ciência Política nos seis livros didáticos analisados. De início, dois dos livros não apresentam a Ciência Política, seu objeto e especificidade, bem como não pontuam um único autor ou autora que seja explícita e exclusivamente cientista político. Coincidentemente, estes dois livros são os que mais fazem recurso à ordem cronológica dos fenômenos sociais (Sociologia para Jovens do Século XXI faz este recurso muito menos que Sociologia para o Ensino Médio, que se constitui

quase como um livro de História contemporânea social, política, cultural, econômica)¹⁷.

Em *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, um capítulo é reservado para apresentação da Ciência Política, bem como há um para a Antropologia e outro para a Sociologia, os três já na primeira parte do livro. Entretanto, além do pouco espaço dado aos temas da política, de maneira geral, eles são tratados muito mais a partir da própria Sociologia, e de outras áreas como a História¹⁸.

Sociologia e Sociologia em Movimento são livros que dão centralidade à abordagem sociológica dentre as três áreas das Ciências Sociais, e destacam a apresentação da Antropologia e da Ciência Política. Os dois livros dão espaço significativo aos temas da política, seja em capítulos específicos, seja em capítulos de outras temáticas em constante diálogo. Quanto à Ciência Política, os autores e autoras a apresentaram como preocupada com os fenômenos da política, marcadamente, mas não exclusivamente, com seus aspectos institucionais¹⁹.

O último livro, como já mencionada anteriormente (*Sociologia Hoje*), traz um esforço de dar espaço equitativo à cultura, à sociedade e à política, bem como de apresentar a Antropologia e a Ciência Política. Embora a unidade sobre o poder contemple conhecimentos da História, da Sociologia, da Filosofia etc., este livro consegue dar mais concretude à Ciência Política que os outros. Ainda, a Antropologia e a Sociologia acabam mais fortes na abordagem do livro que a Ciência Política²⁰.

Há que se pensar a contribuição da Ciência Política a uma disciplina escolar de Sociologia. A alta autonomização de seu objeto (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LEITE, 2010; LESSA, 2010) pode ser um empecilho para apresentar os fenômenos sociais de maneira mais integrada, contemplando aspectos diversos dos objetos de estudo.

Essa alta especificidade, marcada na prevalência da institucionalidade como objeto da Ciência Política, também é alvo de crítica por parte de editores

¹⁷ Cf. COSTA; OLIVEIRA. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 2013; TOMAZI. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2013.

¹⁸ Cf. BOMENY et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2013.

¹⁹ Cf. ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. **Sociologia**. 2013; SILVA et al. **Sociologia em Movimento**. 2013.

²⁰ Cf. AMORIM; BARROS; MACHADO. **Sociologia Hoje**. 2013.

e editoras de revistas da área, como verificado na pesquisa de Fabiane Valmore²¹. Mesmo não sendo consensual, há, pelo menos, um reconhecimento de que o “mainstream” da área dá foco às instituições (VALMORE, 2016).

Até a categoria de Estado, por exemplo, passou a ser usada lado a lado com outros termos como “administração”, “processos decisórios”, “sistema político” (LESSA, 2010, p. 31). Faz sentido, dessa forma, que o Estado continue a ser tratado sob o método da Sociologia.

Por outro lado, mais uma vez, se reconhecermos a tradição de reflexão anterior à institucionalização da Ciência Política como parte dela, os ensaios histórico-sociológicos sobre os quais Bolivar Lamounier escreveu dão forma à área na disciplina escolar de Sociologia.

Pontos importantes da conformação da Ciência Política brasileira são a institucionalização e os investimentos na pesquisa científica no país. De um lado, é importante marcar os investimento da Fundação Ford, que concedeu bolsas a pesquisadores da Ciência Política, na tentativa de influenciar a política de desenvolvimento (FORJAZ, 1997) e promover uma “ação profilática contra a disseminação do comunismo” na América Latina (KEINERT; SILVA, 2010, p. 82). Desse modo, a disciplina aqui sofreu forte influência da Ciência Política norte-americana, que tinha se fortalecido no período de macarthismo (LESSA, 2010).

Há, então, uma diferença de modelo entre esta disciplina e a Sociologia. Segundo Forjaz (1997), a Ciência Política se constitui a partir da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde as Ciências Sociais estavam alocadas na Faculdade de Ciências Econômicas, diferentemente de outros cursos alocados nas Faculdades de Filosofia. Assim, formou-se um modelo distinto “do modelo dominante uspiano, centrado na Sociologia e voltado essencialmente para a formação de professores secundários” (FORJAZ, 1997, p. 10).

Isso trouxe determinantes como a formação de profissionais para atuação na política institucional (e pesquisa, no caso da elite que seguiria carreira acadêmica). As condições institucionais da UFMG se combinaram à

²¹ Cf. VALMORE. **A Ciência Política no Brasil: Tema, Teoria e Método** na percepção dos editores de sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1). 2016.

especialização das elites políticas mineiras e deu à disciplinar este caráter. Conforme Maria Cecília Spina Forjaz,

A geração responsável pela afirmação científica e pela autonomia da política teve, portanto, um comportamento semelhante ao dos jovens sociólogos da USP quando se empenharam na afirmação da Sociologia como ciência, ou seja, também se empenharam na implantação de novos modelos teóricos que dessem suporte à produção de conhecimento especializado e acadêmico sobre a política. (FORJAZ, 1997, p. 13).

Por outro lado, não apenas este modelo teórico pode ter tido suas influências. Conforme já trazido há pouco, a Sociologia se voltou à formação de professores e professoras secundárias (FORJAZ, 1997) (entre outras coisas), garantindo, com isso, um espaço na escola. Diferentemente, a Ciência Política não galgou tal envolvimento.

A título de exemplo, citemos o grupo de trabalho sobre Ensino e Pesquisa de Ciência Política e Relações Internacionais da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Os encontros anuais da Associação incluem este grupo, de maneira muito positiva, uma vez que inclui trabalhos sobre a disciplina no Ensino Médio. Por outro lado, a Educação Básica divide o espaço deste grupo com as reflexões e pesquisas sobre o Ensino Superior, que tem características totalmente distintas das preocupações com a disciplinar escolar. Estas são questões que devem ser levadas em conta para compreender a presença dos temas de política nos livros didáticos, em particular, e no componente curricular de Sociologia, de forma geral.

Considerações Finais

Em que pese a ainda em desenvolvimento relação da Ciência Política com o saber escolar, há que se entender melhor qual o lugar das três áreas das Ciências Sociais no saber escolar de Sociologia enquanto componente curricular. Uma vez que os conteúdos de Política tem lugar consolidado no componente curricular de Sociologia, deve ser considerado como possibilidade a Ciência Política como saber de referência ao saber escolar.

A alta autonomização do objeto desta disciplina indica duas coisas que têm relação entre si: por um lado, a política foi construída na Ciência Política com tal nível de especificidade, institucionalização, em pesquisas fortemente descritivas e quantitativas, que se torna difícil pensá-la no componente

curricular, dado sua proposta holística de compreensão dos fenômenos sociais. Entretanto, essa especificidade mostra o inverso ao mesmo tempo. Se há uma especificidade na prática da Ciência Política, então, ela tem uma contribuição que deveria ser levada à formação básica universal no Brasil.

Em relação à política como objeto, é importante que se fortaleça o viés científico próprio do método das Ciências Sociais (mesmo que mantenha o diálogo com a História, a Filosofia, a Economia, o Direito) e que se garanta o compromisso com a desnaturalização da realidade social. Desta forma, se permite a alunos e alunas da Educação Básica o acesso a conhecimentos ricos para entender sua própria relação com o mundo, concretizando possibilidades de intervenção no mundo bem como de acordo com o conteúdo de apresentação alguns dos livros analisados. Os livros têm fortes potencialidades em relação à Política no Ensino Médio, e é possível seu uso na sala de aula como alternativa de superação.

Referências Documentais

Livros Didáticos:

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013. 328p.

ARAÚJO, Sílvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. 304p.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. 384p.

COSTA, Ricardo César Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 399p.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013. 400p.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 368p.

Documentos Oficiais:

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação 01/2013 – CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, 2006. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+ – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, 2002. 101p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 14 jan 2017. Brasil.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parte I – Bases Legais**. Brasília: MEC, 2000a. 109p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em 31 mai 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e Suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2000b. 75p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em 14 jan 2017.

Referências Bibliográficas

BUENO, Alana L.; FREITAS, Sabrina C.; SCHNEKENBERG, Guilherme F. Estado Moderno na disciplina de Sociologia na Educação Básica: uma análise a partir de livros didáticos. In: **ANAIS DA XIV JORANDA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa**, 2017. FOZ DO IGUAÇU-PR: UNIOESTE, 2017. ISSN: 2177-8892. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/eventos/histedbr/>>. Acesso em 24 mai 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

DUARTE, Newton. **Os Conteúdos Escolares e a Ressurreição dos Mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Contemporânea).

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>>. Acesso em 20 mai 2017.

GUELFY, Wanirley. O Movimento da Sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: as reformas do secundário e os programas de ensino do Colégio Pedro II. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 11-30, jan/jun. 2007.

KREINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A Gênese da Ciência Política Brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 79-98, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In.: _____ (Org.). **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e Divisões na Ciência Política Brasileira: explicando sua produção acadêmica. **Rev. Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 149-182, out. 2010.

LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In.: MARTINS, Carlos Benedito. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: ciência política. Coordenação de área: Renato Lessa. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 13-49.

MEUCCI, Simone. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. In.: BRITO, Silvia Helena Andrade de (Org.) **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. (Coleção memória da educação).

VALMORE, Fabiane Helene. **A Ciência Política no Brasil**: Tema, Teoria e Método na percepção dos editores de sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1). 2016. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Anexos

QUADRO – UNIDADES E CAPÍTULOS ESPECÍFICOS SOBRE A POLÍTICA

Livro	Partes e Unidades	Capítulos
Sociologia	Não se divide em partes e unidades.	7. Cidadania, Política e Estado
		8. Movimentos Sociais
Sociologia em Movimento	Unidade 3. Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos da sociedade contemporânea	6. Poder, política e Estado
		7. Democracia, cidadania e direitos humanos
		8. Movimentos sociais
Sociologia Hoje	Unidade 3. Poder e Cidadania	11. Política, poder e Estado
		12. Globalização e Política
		13. A Sociedade diante do Estado
		14. A Política no Brasil
		15. Temas Contemporâneos da Ciência Política
Sociologia para Jovens do Século XXI	Unidade 2. Trabalho, Política e Sociedade (contém outros capítulos além dos apresentados nesta tabela)	13. “É de papel ou é pra valer?” Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo
		14. “O Estado sou eu”. Estado e Democracia
		15. “Você tem fome de quê?” Movimentos Sociais ontem e hoje
Sociologia para o Ensino Médio	Unidade 4. Poder, Política e Estado	10. Como Surgiu o Estado Moderno
		11. O Poder e o Estado
		12. Poder, Política e Estado no Brasil
		13. A Democracia no Brasil
	Unidade 5. Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	14. Direitos e Cidadania
		15. Os Movimentos Sociais
		16. Direitos e Cidadania no Brasil
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Parte I - Saberes Cruzados (contém outros capítulos além dos apresentados nesta tabela)	4. Saber sobre a astúcia e as manhas da política
	Parte II - A Sociologia vai ao Cinema (contém outros capítulos além dos apresentados nesta tabela)	9. Liberdade ou Segurança?
		10. As Muitas Faces do Poder
	Parte III - A Sociologia vem ao Brasil (contém outros capítulos além dos apresentados nesta tabela)	19. Participação política, direitos e democracia

FONTE: AMORIM; BARROS; MACHADO. **Sociologia Hoje**. 2013; ARAÚJO; BRIDI; MOTIM. **Sociologia**. 2013; BOMENY et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 2013; COSTA; OLIVEIRA. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 2013; SILVA et al. **Sociologia em Movimento**. 2013; TOMAZI. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2013. Elaboração própria (2017).